

CÍCERO E A NARRATIVA DA HISTÓRIA*

Anderson de Araújo Martins Esteves**

Resumo:

*Cícero foi o primeiro responsável pela enunciação teórica do gênero historiográfico em Roma. Admitindo, por um lado, a indigência da história analítica tradicional e, por outro, a superioridade literária dos historiadores gregos, Cícero propugna por uma história ornata (história embelezada), em que a exposição das res gestae (fatos ocorridos) obedeça às regras da retórica. Assim, diferentemente da historiografia romana praticada até a sua época, o novo gênero proposto por Cícero deve obedecer a uma verdade retoricamente entendida, que permite ao historiador certa distância da verdade fática para enfatizar o argumentum. Procuramos, por meio da discussão de excertos de *Brutus*, *De Oratore*, *De Inventione* e *De Legibus*, compreender a extensão do conceito de história ornata e, a partir daí, estabelecer as relações entre a narrativa histórica e a narrativa ficcional na literatura latina.*

Palavras-chave: historiografia romana; Cícero; história ornata; retórica clássica; literatura latina.

É digno de nota o fato de que a historiografia romana deve a um programa literário a sua primeira elaboração teórica, e mesmo o seu florescimento, como gênero. Foi, de fato, durante a época clássica da literatura latina e atendendo à agenda desse movimento, que Cícero estabeleceu as bases para a prosa historiográfica romana, moldando-a segundo o imperativo da *historia ornata*: uma história embelezada, segundo as regras da retórica clássica. Assim, ainda que o próprio Cícero nunca tenha sido um histo-

* Recebido em 10/11/2012 e aceito em 05/01/2013.

** Professor adjunto de Língua Latina do Departamento de Letras Clássicas e do PPGLC (Programa de Pós-graduação em Letras Clássicas) da UFRJ. Doutor em Letras Clássicas pela UFRJ.

riador, a sua concepção da história e da maneira como deveria ser escrita influenciou os historiadores de expressão latina a partir de então. Daí, a importância de se entender o modo pelo qual Cícero entende a história em Roma e, especialmente, entender o conceito de *historia ornata*.

Antes de chegar ao objeto propriamente dito, precisamos situar Cícero na época literária conhecida como Classicismo. A época clássica, que vai aproximadamente da morte de Lucílio (102 a.C. até a morte de Ovídio (circa 17 d.C.) (FUHRMANN, 2005, p. 23), é marcada, no âmbito político-social, pelas guerras civis do fim da República e pelo processo de pacificação entabulado por Augusto. No âmbito literário, é caracterizada pela utilização dos modelos gregos (*exemplaria Graeca*) e pela tentativa de superá-los (*aemulatio*). Roma havia chegado a uma posição de destaque no Mediterrâneo e, no percurso de expansionismo, havia subjugado vários povos, incluindo os gregos. No entanto, em um comentário sobre o panorama cultural da Roma augustana, o poeta Horácio, de forma mordaz, questiona a hegemonia romana: “*graecia capta ferum victorem cepit*” (A Grécia, vencida, vence o seu feroz vencedor¹ - HORÁCIO. *Epistulae* II, 1, 156). Ou seja, do ponto de vista literário e cultural, era a Grécia a vitoriosa sobre Roma. Assim, era urgente elevar a já existente literatura latina à altura dos seus antecessores gregos. Foi esse o desafio do Classicismo romano e foi dentro desse programa estético que, por exemplo, Catulo e Horácio dobram a dureza da língua do Lácio de forma a criar um ritmo poético que rivalizasse com os líricos gregos. Ou que Virgílio escreve a **Eneida**, um monumento épico que pudesse dialogar com a **Ilíada** e a **Odisseia**. Ou que Cícero cria e desenvolve a eloquência forense romana de maneira a se medir com um Demóstenes ou com um Lísias. Restava, agora, refundar a *historia*, quer dizer, a história entendida como gênero literário.

Já havia historiografia em Roma antes do período clássico. Uma primeira forma de escrita da história, ainda que sem uma preocupação literária, foram os **Annales Maximi**, crônicas redigidas pelo *pontifex maximus* anualmente, seguindo o calendário religioso, nas *tabulae pontificum*. Nestas se registravam os eventos sagrados e profanos mais importantes do período, como prodígios, catástrofes, ou variações no preço do trigo, por exemplo (CÍCERO. *De Oratore* II, 12, 52).

No século II a.C., Ênio deu o título de **Annales** a um poema épico que tinha por objeto a história de Roma desde a queda de Troia. Foi o primeiro, na literatura latina, a dar tratamento literário à história (ainda que sua

obra não seja historiográfica, mas um louvor às virtudes romanas), o que era perfeitamente oportuno num momento em que Roma aumentava sua influência política no Mediterrâneo. Ainda no século II, surgiram os primeiros relatos em prosa sobre a história de Roma. Seus autores, membros da aristocracia romana, foram denominados analistas pelo fato de dispor os acontecimentos ano a ano, tal como nos *annales maximi*. Tais autores (como Fábio Pictor e Cíncio Alimento, dos quais nada foi preservado) compuseram em grego, por estarem nessa língua os únicos modelos historiográficos de então.

Catão, o Antigo, um político atuante no início do século II, foi o primeiro a escrever em prosa latina sobre a história romana. Sua obra principal, **Origines**, compõe-se de uma coleção de monografias sobre antiguidades itálicas e latinas, e sobre as origens de Roma. Apresenta maior grau de reflexão do que a obra dos analistas, e o estilo - ainda que pobre, segundo o julgamento de Cícero - já lança mão de recursos retóricos, como os discursos reconstituídos. Foi somente no século seguinte que a historiografia se estabeleceu definitivamente na literatura romana. César e, sobretudo, Salústio, ambos no século I a.C., foram autores de obras que certamente serviram de modelo para os escritores seguintes, mas coube a Cícero compor o fundamento teórico do gênero historiográfico em Roma, refletindo, em seus escritos filosóficos, sobre a historiografia romana tal como vinha sendo praticada. Segundo ele, os autores analistas eram meros *narratores*, já que se limitavam a narrar "*sine ullis ornamentis*" (sem quaisquer ornamentos - CÍCERO. **De Oratore** 2, 53) os acontecimentos históricos, sendo seu único mérito o estilo breve.

Para se compreender a razão da severidade de Cícero no julgamento dos analistas, é preciso considerar a natureza literária da historiografia antiga. Somente na época contemporânea, a prosa historiográfica passou a se revestir de um rigor científico e a se definir como disciplina autônoma. Na Antiguidade, porém, era vista como literatura, como se pode observar na clássica divisão de Quintiliano, que inclui a história entre os nove gêneros literários em que classificava as obras dos autores gregos e latinos (QUINTILIANO. **De Institutione Oratoria** X). Martin e Gaillard, que se dedicaram aos gêneros da literatura latina, percebem algumas falhas na classificação de Quintiliano, como o seu extremo formalismo, mas continuam a considerar a história como gênero literário, ou, mais precisamente, uma forma literária (1981, p. 6). Na classificação que propõem, a qual per-

filhamos, fazem primeiramente a distinção entre gênero e forma literária. O gênero é universal, definido pela função que ocupa na sociedade, ao passo que as formas são a maneira pela qual os diferentes gêneros se manifestam em cada sociedade. Assim, há um gênero narrativo, que desempenha a função de “*apresentar uma história conforme a maneira da narrativa, quer dizer, relatar uma sequência de eventos se desenvolvendo e se encaindo uns nos outros em um espaço cronológico determinado*” (MARTIN; GAILLARD, 1981, p. 7). Esse gênero se subdivide em várias formas literárias, como a epopeia, o romance, a fábula, a autobiografia e a historiografia.

Além da classificação de Quintiliano, também o mito das Musas pode oferecer uma possível chave de leitura e ajudar a compreender a natureza literária da historiografia. De acordo com Hesíodo, da união entre Zeus e Mnemosine (a memória) nasceram as Musas. Essas nove jovens divindades, dentre outras atribuições, deveriam alegrar e ensinar os homens por meio de várias manifestações artísticas, como a comédia, a tragédia, a poesia, a épica, a música, a lírica, a dança, a poesia coral, a astronomia (sob o gênero da poesia didática) e a historiografia. Esta última cabia a Clio, a que enobrece, cujo objeto característico era o rolo de pergaminho. Embora haja inúmeras variações do mito, a inclusão da historiografia no rol das atribuições das Musas aponta para uma possível semelhança no modo pelo qual os antigos compreendiam esta disciplina e as demais modalidades artístico-poéticas elencadas acima. Por outras palavras, a obra produzida pelo historiador é uma *téchne mousiké*, ou seja, um saber de natureza artística, medido pela relação do artista com sua matéria-prima. Por conseguinte, de acordo com Mehl, qualquer pergunta sobre a verdade ou legitimidade da obra é descabida, já que esta deve ser julgada tomando por base a utilização das regras formais do gênero artístico sobre o conteúdo escolhido (2001, p. 22).

Ainda que não se possa obliterar o fato de que a história não deveria ser lida da mesma forma (e, portanto, ser objeto do mesmo tipo de juízo puramente artístico) do que, por exemplo, uma obra épica, a proposição de Mehl aponta para a diferença fundamental entre os leitores antigos e nós, modernos: aqueles esperavam encontrar arte em um gênero de que nós esperamos, fundamentalmente, objetividade. E esta tanto no sentido material, como correspondência com a verdade fática externa e anterior à obra, como no sentido formal, entendido como uma narrativa que segue as regras de um discurso impessoal. Referimo-nos, obviamente, não a um leitor iniciado nos problemas epistemológicos da historiografia, mas a um

leitor mediano, o qual, ainda que reconheça inexistir a neutralidade absoluta, deseja ler um relato o mais equilibrado possível de um fato histórico.

Entretanto, ainda que o julgamento dos antigos sobre um texto historiográfico parecesse ser mais ligado a critérios artísticos do que a critérios epistemológicos, estes esperavam encontrar na história uma verdade, entendida como correspondência do texto a fatos passados. Era isso, aliás, que diferenciava a *historia* da *fabula* para Cícero, como vemos no seguinte trecho do **De Inuentione**:

Ea, quae in negotiorum expositione posita est, tres habet partes: fabulam, historiam, argumentum. Fabula est, in qua nec uerae nec ueri similes res continentur, cuiusmodi est: "Angues ingentes alites, iuncti iugo...". *Historia est gesta res, ab aetatis nostrae memoria remota; quod genus: "Appius indixit Carthaginensibus bellum"*. *Argumentum est ficta res, quae tamen fieri potuit. Huiusmodi apud Terentium: "Nam is postquam excessit ex ephebis..."*.

A [parte] que consiste na exposição dos fatos tem três espécies: a fábula, a história e o argumento. A fábula é aquela que não contém nem coisas verdadeiras nem verossímeis, como em "Gigantes dragões alados, unidos pelo jugo...". A história é um fato acontecido e distante da memória da nossa geração; por exemplo: "Ápio declarou guerra aos cartagineses". O argumento é um fato imaginado, o qual, entretanto, poderia acontecer. Assim como em Terêncio: "De fato, depois que ele deixou a infância...". (CÍCERO. **De Inuentione I, 27**)

Ou seja, o *argumentum*, no sentido de *ficta res* que Cícero lhe atribui nesse trecho, não é o oposto lógico da história. Antes, é apenas uma forma de elocução de algo que "poderia acontecer".

Essa repartição ocorre em uma obra retórica de Cícero, o que sugere que os escritores e leitores de história na Antiguidade foram, em maior ou menor grau, influenciados pelo sistema retórico. Lemos em Marrou (1964, p. 381-90) que a retórica era o fundamento do ensino superior em Roma; por conseguinte, a estética comum da *Inteliguentsia* romana. Disso conclui Mehl (2001, p. 29) que a "pretensão de verdade" da historiografia antiga era de natureza retórico-literária, ou seja, uma peculiaridade de um gênero específico, que se opunha a outros gêneros de natureza poética.

Examinada por outro ângulo, poder-se-ia dizer que a história representa, de maneira mimética, a *gesta res*, o fato acontecido no passado de um povo. Não apenas coleta e elenca os fatos como os antigos *annales maximi*. O historiador antigo ultrapassa o registro objetivo, típico de um relatório ou da linguagem jornalística atual, e recria a cena, a personagem, a atmosfera, ou seja, o evento histórico. Como nota Fornara:

A natureza do gênero “história”, tal como se origina em Heródoto, é realmente centrada na descrição das ações dos homens, tais como ocorrem no tempo, e é essa característica que faz a história única entre os tipos [i.e. subgêneros da historiografia] com os quais está associada. Em teoria, se nem sempre de fato, a mitografia, a etnografia, a história local e a cronografia reúnem dados e os relatam, só a história é mimética. A etnografia, por exemplo, pode observar que uma determinada guerra ocorreu e informar o leitor de seu resultado. Somente a história se preocupa em retratar como ela se desenvolveu. (FORNARA, 1988, p. 29)

E isso ocorre porque a grande influência sobre Heródoto foi exercida não por Hecateu, seu predecessor no gênero, mas sim por Homero. Do poeta épico, o historiador herdou, além da linguagem, características formais, como o discurso direto das personagens, o diálogo, o uso de digressões e a relevância dada aos líderes (FORNARA, 1988, p. 30-1). E, em um nível ainda mais profundo, citando Grant: “Heródoto acomodou os instrumentos de representação poética de Homero à sua composição em prosa” (1997, p. 26). Ou seja, Heródoto é considerado o pai da história não porque tenha sido o primeiro a coligir e a apresentar os eventos passados, mas porque foi o primeiro a saber “contar” uma história.

É precisamente essa a demanda de Cícero, que transparece no início do *De Legibus*. Logo em seguida a um debate sobre o *Marius*, um poema histórico, Quinto conclui que seu irmão Cícero fazia uma distinção entre as leis da história e as leis da poesia. Aproveitando-se da ocasião, opina Ático:

Postulatur a te iam diu, uel flagitatur potius, historia. Sic enim putant, te illam tractante, effici posse ut in hoc etiam genere Graeciae nihil cedamus. Atque ut audias quid ego ipse sentiam, non solum mihi uideris eorum studiis qui tuis litteris delectantur, sed etiam patriae debere hoc munus, ut ea quae salua per te est, per

te eundem sit ornata. Abest enim historia litteris nostris, ut et ipse intellego et ex te persaepe audio. Potes autem tu profecto satis facere in ea, quippe cum sit opus, ut tibi quidem uideri solet, unum hoc oratorium maxime. (CÍCERO. **De Legibus** I, 5)

Já há muito tempo se requer de ti, ou antes, exige-se de ti, uma obra historiográfica. Julga-se, com efeito, que se tu te ocupasses dela, poderia dar-se que mesmo neste gênero não cedêssemos em nada à Grécia. E porque tu sabes o que eu acho, parece-me que este teu empenho responderia não só ao desejo daqueles que se comprazem com teus escritos, mas também à pátria, para que esta, que foi salva por ti, seja por ti celebrada. De fato, falta na nossa literatura a história, como compreendo eu mesmo e ouço-te frequentemente dizeres. E tu podes, sem dúvida, satisfazer neste campo, já que esta precisamente é, como te costuma parecer, o único gênero mais próprio à oratória.

A proposta de renovação (ou mesmo de reinvenção, a partir dos moldes gregos) do gênero historiográfico romano retorna no **De Oratore**, na passagem em que Antônio e Cátulo discutem se era ou não preciso ser orador para escrever história (2, 52). Este diz que, para escrever história como os gregos (“*ut Graeci scripserunt*”) era preciso ser um orador, mas se, ao contrário, se escrevesse como um romano bastava não ser mentiroso (“*sit ut nostri, nihil opus este oratore: satis esse non esse mendacem*”). A resposta de Antônio – “*ne nostros contemnas*” (não desdenhes os nossos) – indica que o comentário de Cátulo não visava a glorificar a fidedignidade dos historiadores romanos, mas a menosprezar seu valor artístico em relação aos gregos. Antônio prossegue defendendo os romanos:

Graeci quoque ipsi sic initio scriptitarunt, ut noster Cato, ut Pic-tor, ut Piso; erat enim historia nihil aliud nisi annalium confectio, cuius rei memoriaeque publicae retinendae causa ab initio rerum Romanarum usque ad P. Mucium pontificem maximum res omnis singulorum an-norum mandabat litteris pontifex maximus referebat-que in album et proponebat tabulam domi, potestas ut esset populo cognoscendi, eique etiam nunc annales maximi nominantur. Hanc similitudinem scribendi multi secuti sunt, qui sine ullis ornamentis monumenta solum temporum, hominum, locorum gestarumque

rerum reliquerunt; itaque qualis apud Graecos Pherecydes, Hellenicus, Acusilas fuit aliique permulti, talis noster Cato et Pictor et Piso, qui neque tenent, quibus rebus ornatur oratio - modo enim huc ista sunt importata - et, dum intellegatur quid dicant, unam dicendi laudem putant esse brevitatem. Paulum se erexit et addidit maiorem historiae sonum uocis uir optimus, Crassi familiaris, Antipater; ceteri non exornatores rerum, sed tantum modo narratores fuerunt. (CÍCERO. *De Oratore* 2, 53-4)

*Também os próprios gregos escreveram assim no início, como o nosso Catão, como Píctor, como Pisão. Pois a história não era outra coisa senão escrever anais. Para guardar a memória coletiva, desde o início dos eventos de Roma até o pontificado de Públio Múcio, o pontífice máximo mencionava todos os eventos, ano a ano, em um quadro branco e o colocava à frente de sua casa, para que o povo pudesse conhecê-los. São aqueles que, ainda hoje, chamam-se **Annales Maximi**. Muitos seguiram esta modalidade de escrita e apenas transmitiram as lembranças dos tempos, dos homens, dos lugares e dos eventos ocorridos, sem quaisquer tipos de ornamentos. E assim, entre os gregos, Ferécides, Helânico, Acúsilas foram tais como, para nós, Catão, Píctor e Pisão, os quais não se prendem aos ornamentos da oração – de fato, somente há pouco estes foram trazidos para cá – e, contanto que se entenda o que dizem, só admitem como mérito a brevidade. Antipater, grande homem, amigo de Crasso, elevou-se um pouco e trouxe uma maior sonoridade à história; os demais não embelezavam os fatos, mas eram somente narradores.*

Notemos a repetição de palavras com mesmo radical em *ornata*, *exornatores* e *ornamentis*. Isso não só é revelador do que Cícero entende por história, como também, dada a posição “canônica” a que foi alçado o escritor na literatura latina, determina o futuro de toda a historiografia antiga. Assim, segundo Cícero, para escrever história não basta relacionar, como em um relatório, os acontecimentos, como os antigos faziam (*locorum gestarumque rerum reliquerunt*). Além disso, era necessário *ornare* – o verbo, comumente entendido por embelezar ou adornar, parece ter um sentido mais amplo nesta passagem do **Brutus**:

Siquidem uterque, cum ciuis egregius fuisset, populi ingrati pulsus iniuria se ad hostes contulit conatumque iracundiae suae morte sedauit. Nam etsi aliter apud te est, Attice, de Coriolano, concede tamen ut huic generi mortis potius adsentiar. At ille ridens: tuo uero, inquit, arbitrato; quoniam quidem concessum est rhetoribus ementiri in historiis, ut aliquid dicere possint argutius. Vt enim tu nunc de Coriolano, sic Clitarchus, sic Stratocles de Themistocle finxit. Nam quem Thucydides, qui et Atheniensis erat et summo loco natus summusque uir et paulo aetate posterior, tantum morbo mortuum scripsit et in Attica clam humatum, addidit fuisse suspicionem ueneno sibi consciuisse mortem: hunc isti aiunt, cum taurum immolauisset, excepisse sanguinem patera et eo potu mortuum concidisse. Hanc enim mortem rhetorice et tragice ornare potuerunt; illa mors uolgaris nullam praebebat materiem ad ornatum. (CÍCERO. Brutus 42-3)

“Pois que os dois [Coriolano e Temístocles], distinguindo-se como excelentes cidadãos, expulsos da cidade pela injustiça de um povo ingrato, passaram aos inimigos e reprimiram a tentativa de seu ressentimento por uma morte voluntária. Pois ainda que tu, meu caro Ático, tenhas representado Coriolano de outra maneira, permite-me preferir esse gênero de morte que acabei de mencionar.” E Ático, rindo, respondeu: “Como quiseres, pois se permite que os oradores inventem fatos nas histórias para que possam se expressar de maneira mais penetrante. Assim como investaste agora sobre Coriolano, de modo semelhante Clitarco e Estrátocles inventaram sobre Temístocles”. Tucídides, com efeito, que era um ateniense de alta posição e de grande talento, e que viveu só um pouco depois de Temístocles, disse somente que este morreu de doença e que foi enterrado de modo privado na Ática e acrescenta que houve a suspeita de que ele se havia envenenado. Mas dizem estes escritores que, quando imolara um touro, tomara o sangue da patera e, sorvendo-o, caiu morto. Pois eles puderam inventar esta morte de modo trágico e retórico; aquela outra morte, comum, não oferecia matéria para ornamento.

E somente aqui se pode entender cabalmente o sentido da *historia ornata* de Cícero. Diferentemente da historiografia praticada até a sua época – a

exposição das *res gestae* –, o novo gênero proposto por Cícero com base na tradição literária helênica deve obedecer a uma verdade retoricamente entendida. Essa “verdade retórica”, bem mais flexível do que a “verdade fática”, obedece às regras da persuasão. Assim, a verdade retórica pode se distanciar da verdade fática para enfatizar o *argumentum*; pode elaborar ficcionalmente – e este deve ser o sentido de *ornare* – para adequar a realidade ao seu sentido último. Assim, se é certo que o suicídio de Temístocles (o fato) é um evento trágico, pois que representa a ingratidão da *polis* em face de seu valoroso estrategista (sentido), cabe ao historiador-orador ideal realçar esta tragicidade na narração dos fatos. É-lhe permitido, inclusive, completar as lacunas da história, como os detalhes do suicídio da personagem. É esta a verdade do historiador ciceroniano, que serve de modelo a toda historiografia latina posterior – a história deve ser fiel ao sentido subjacente aos fatos, e não aos fatos em si.

Pensemos na aplicabilidade dessa interpretação às funções da história em Roma. Mellor (1999, p. 196-7) aponta três: função política ou cívica, função moral e função intelectual. A primeira função explica por que os romanos centralizavam o seu saber histórico na vida pública da urbe, seja nas discussões do Senado, seja nas disputas intestinas, seja nas campanhas militares. A história, através dos seus exemplos de comportamento cívico, devia servir de exemplo para a vida pública. Nesse ponto, tangencia sua segunda função, de natureza moral. A historiografia deveria fornecer exemplos às gerações de conduta moral, das virtudes prezadas pelos romanos. O historiógrafo antigo estava convencido de que deveria fazer juízos de valor sobre os eventos e personagens apresentados, o que talvez ocorresse pela conexão entre este gênero e a tragédia, forma dramática de profundo conteúdo moral (GRANT, 1997, p. 86). Já pela função intelectual, o autor deveria impelir seu público a refletir sobre questões apresentadas.

Cícero também vê na historiografia antiga uma função moral – educação individual – e uma função política – educação dos povos. A história, aclamada por Cícero como *magistra vitae* (*De Oratore* II, 36), proporciona aos indivíduos uma ampliação das experiências da vida, de modo a permitir que se façam as escolhas certas no futuro a partir do exemplo do passado. Essa ideia se fundamenta na crença de que os fatos históricos se repetem; portanto, o conhecimento do passado e da história pode se tornar uma previsão do futuro. Além de fornecer a experiência, também deve ser moralizante, *i.e.*, deve persuadir o leitor a praticar os exemplos de virtude

trazidos ao texto. Mas além do indivíduo, cabe à história educar povos e, como corolário, incumbe aos historiógrafos latinos educar a nação romana, tanto na condução de seus negócios internos (como modelos políticos, revoluções, etc.) como dos externos (p. ex., como alianças e guerras).

A essas funções, sem dúvida, relevantes na compreensão do uso da historiografia na Antiguidade, Fornara acrescenta uma quarta: o prazer (1988, p. 120-2). A historiografia, como obra de arte literária que era, tinha o objetivo de proporcionar prazer estético. Naturalmente, a natureza desse prazer variava de acordo com as concepções e a filiação teórica do historiógrafo. Assim, para Heródoto ou para Cúrcio Rufo, o prazer advinha, em grande parte, da inserção de histórias maravilhosas e narrativas exóticas, que excitavam a curiosidade de seu público, enquanto para Tucídides ou para Tácito, o prazer estava na própria narrativa dos grandes eventos ou na explicação subjacente a eles.

Ora, todas essas funções da história se ligam às funções da própria retórica: *docere* (ensinar), *mouere* (convencer) e *delectare* (agradar, dar prazer). Vemos, assim, que a *historia ornata*, ou seja, a história que é narrada segundo as regras da retórica, é a forma mais apta a atingir esses objetivos. É por isso que Cícero trata a história como uma *opus oratorium maxime* – uma obra principalmente para os oradores, no livro II do **De Oratore**:

Neque ulla non propria oratoris res est, quae quidem ornate dici graviterque debet. Huius est in dando consilio de maximis rebus cum dignitate explicata sententia; eiusdem et languentis populi incitatio et effrenati moderatio eadem facultate et fraus hominum ad perniciem et integritas ad salutem vocatur. Quis cohortari ad virtutem ardentius, quis a vitiis acrius revocare, quis vituperare improbos asperius, quis laudare bonos ornatius, quis cupiditatem vehementius frangere accusando potest? Quis maerorem levare mitius consolando? Historia vero testis temporum, lux veritatis, vita memoriae, magistra vitae, nuntia vetustatis, qua voce alia nisi oratoris immortalitati commendatur? (CÍCERO. De Oratore II, 34-6)

Nem há nada que deva ser dito com elegância e severidade, que não seja próprio do orador. É seu dever, quando dá conselhos sobre os mais importantes assuntos, dar sua opinião com autoridade. É seu dever, tanto animar o povo inerte, quanto moderar os desenfreados.

Com a mesma faculdade são os crimes dos homens chamados à punição e a integridade de outros à salvação. Quem pode exortar os homens à virtude mais brilhantemente; quem pode chamá-los para longe do vício mais energicamente; quem pode reprovar os ímprobos mais asperamente; quem pode louvar os virtuosos mais elegantemente; quem pode quebrar, na acusação, o desejo com mais veemência? Quem pode amenizar a dor mais gentilmente quando consola? E quanto à história, a testemunha dos tempos, a luz da verdade, a vida de memória, a mestra da vida, a mensageira do passado, com que voz, a não ser a do orador, será confiada à imortalidade?

Essa concepção de história é essencial para se compreender toda a produção historiográfica romana. Sua natureza, já referida por Cizek (1991) como “a poética da história”, é profundamente retórica, entendida esta no sentido dado por Quintiliano de “elaboração artística, característica de todos os gêneros de escrita”. Assim, a fidelidade do historiador é devida antes à *ratio* ou às *causae* dos eventos passados do que a estes mesmos, isoladamente considerados. Como se as *res gestae*, por si só, transcritas e elencadas objetivamente, não dessem conta de mostrar ao leitor o que realmente aconteceu. Estas teriam que contar com o auxílio dos instrumentos da retórica, como propõe Cizek:

O discurso histórico se converteu, desta maneira, em uma bela ficção. Além disso, a poética explícita da história, que nós analisamos acima, legítima de algum modo aquilo que se poderia definir como a poética implícita do discurso histórico. A defesa vibrante da eloquentia justifica o recurso à amplificação retórica, à dramatização, à tensão romanesca, à densidade extraordinária de informação, a uma abordagem muito visual dos fenômenos, quase cinematográfica, avant la lettre. (CIZEK, 1991, p. 144)

Ainda que o artigo de Cizek se refira à poética da história em Tácito, acreditamos que a generalização acima corresponda bem ao conceito ciceroniano de *historia ornata*: uma narrativa que, utilizando do aparato retórico, recria as *res gestae* de modo a fazer com que a história cumpra as suas funções. Assim, se entendemos por ficção o resultado da operação de *fingere* (modelar em barro, moldar, esculpir), podemos perceber que a nar-

rativa histórica como Cícero propõe não é oposta à narrativa ficcional, mas uma modalidade dessa narrativa. E é exatamente ao assumir a sua natureza ficcional que a história pode representar, de maneira mais fiel, o sentido intrínseco às *res gestae*.

CICERO AND THE NARRATIVE OF HISTORY

Abstract: Cicero was the first responsible for the theoretical formulation of the historiographical genre in Rome. Acknowledging, on the one hand, the poverty of the traditional annalistic history and, on the other, the literary superiority of the Greek historians, Cicero fights for a historia ornata (embellished history), in which the exposition of the res gestae (past events) follows the rhetorical rules. Thus, differently from Roman historiography up until then, the new genre proposed by Cicero must obey a sort of truth rhetorically understood, that allows the historian to distance himself from the facts in order to emphasize the argumentum. By examining of extracts of Brutus, De Oratore, De Inuentione and De Legibus, we have attempted to understand the extension of the idea of historia ornata and, from there, to determine the relations between historical narrative and fictional narrative in the Latin literature.

Keywords: Roman historiography; Cicero; historia ornata; classical rhetoric; Latin literature.

Documentação textual

CICÉRON. **Brutus**. Texte établi et traduit par Jules Martha. Paris: Les Belles Lettres, 2003.

_____. **De l'invention**. Texte établi et traduit par Guy Achard. Paris: Les Belles Lettres, 2003.

_____. **De l'orateur**. Tome 2, livre II. Texte établi et traduit par E. Courbaud. Paris: Les Belles Lettres, 2003.

_____. **Traité des lois**. Texte établi et traduit par Georges de Plinval. Paris: Les Belles Lettres, 2003.

HORACE. **Épîtres**. Texte établi et traduit par F. Villeneuve. Paris: Les Belles Lettres, 2003.

QUINTILIEN. **Institution oratoire**. Tome 6, livres X et XI. Texte établi et traduit par J. Cousin. Paris: Les Belles Lettres, 1976.

Referências bibliográficas

- CANFORA, Luciano. **Storici e storia**. Torino: Nino Aragno, 2003.
- CIZEK, Eugen. La poetique de l'histoire chez Tacite. **Revue des Etudes Latines**, Paris, n. 69, 1991.
- FORNARA, C. W. **The nature of history in ancient Greece and Rome**. Berkeley: University of California Press, 1988.
- FUHRMANN, Manfred. **Geschichte der römischen Literatur**. Stuttgart: Reclam, 2005.
- GRANT, Michael. **Greek and Roman historians, information and misinformation**. London: Routledge, 1997.
- HARTOG, François. **A História de Homero a Santo Agostinho**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.
- MARROU, Henri-Irénée. **Histoire de l'éducation dans l'antiquité**. Paris: Le Seuil, 1964.
- MARTIN; GAILLARD. **Les genres littéraires à Rome**. Paris: Scodel, 1981.
- MEHL, Andreas. **Römische Geschichtsschreibung**. Stuttgart: Kohlhammer, 2001.
- MELLOR, Ronald. **The Roman Historians**. London: Routledge, 1999, p. 196-7.

Nota

¹Todas as traduções são de nossa autoria.